

## CATECISMOS: PRIMEIRO LIVRO DIDÁTICO PARA “AULA DE RELIGIÃO” E POSTERIORMENTE ENSINO RELIGIOSO

**Sérgio Rogério Azevedo Junqueira**, Livre Docente e Pós-Doutor em Ciência da Religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-Doutor em Geografia Cultural pela Universidade Federal do Paraná, Doutor e Mestre em Ciências da Educação da Universidade Pontifícia Católica Salesiana (Roma, Itália), Licenciado em Pedagogia na Universidade de Uberaba, Diretor do Instituto de Pesquisa e Formação Educação e Religião (IPFER).\*

**Sonia de Itoz**, Mestra em Educação, PUC-SP. Graduação em Filosofia e Teologia. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Formação Educação e Religião (IPFER). Coordenadora de Ensino Religioso e de Pastoral Escolar Colégio Emilie de Villeneuve/SP. Autora de materiais e artigos de Ensino Religioso e Pastoral Escolar.\*\*

### RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa histórica documental que visa a compreender os livros de catecismos como primeiro livro didático para “aula de religião” e que posteriormente levará ao ensino religioso. Uma das estratégias para compreender a formação dos componentes curriculares no espaço da escola, sendo uma instituição da modernidade intimamente relacionada ao projeto da sociedade burguesa urbano-industrial, é refletir como seus caracteres são construídos. A escola vem desempenhando a função de formar e conformar os sujeitos individuais e coletivos aos padrões de racionalização e burocratização dessa sociedade. Os componentes curriculares colaboram nessa mediação e, dentre outros materiais e recursos, estão os livros didáticos do Ensino Religioso. Compreende-se que por meio dos livros didáticos é possível verificar o desenvolvimento também desta disciplina, especialmente em sua origem, quando era denominada aula de religião, como instrumento de ensino de inúmeras gerações.

**Palavras-Chave:** Ensino Religioso. Livro Didático. Catecismo.

### ABSTRACT

This article is the result of qualitative historical documentary research that aims to understand catechism books as the first textbook for “religion classes” and which will later lead to religious teaching. One of the strategies to understand the formation of curricular components in the school space, being an institution of modernity closely related to the project of urban-industrial bourgeois society, is to reflect on how its characters are constructed. The school has been performing the function of training and conforming individual and collective subjects to the standards of rationalization and bureaucratization of this society. The curricular components collaborate in this mediation and, among other materials and resources, are Religious Education textbooks. It is understood that through textbooks it is possible to verify the development of this discipline, especially in its origins when it was called religion class, as a teaching instrument for countless generations.

**Keywords:** Religious Education. Textbook. Catechism.

### Considerações Iniciais

#### Livros didáticos uma produção para a escola

O livro como conhecemos hoje surgiu aproximadamente no Ocidente por volta do

\* E-mail: srjunq@gmail.com

\*\* E-mail: soniadeitoz@gmail.com

século II d.C., resultado de alteração do “Vólumen” pelo “Códex”. Este novo formato permitia o suporte da reunião de um maior número de textos, num volume único, absorvendo o conteúdo de diversos rolos, assim como a indexação pela paginação, o que facilitava a leitura. Sem dúvida, em 1450, quando Gutemberg criou a prensa com os tipos móveis, favoreceu a rapidez na produção do livro e este tornou-se um instrumento de divulgação de ideias, crenças, valores, cultura, contribuindo para o desenvolvimento das sociedades.

Em uma gama de objetos escolares, como registros em cadernetas, bloco de anotações, planejamentos, programas, livros, cadernos, legislação educacional, relatórios da direção, relatos de inspetores, ofícios, expressões das múltiplas experiências dos sujeitos no processo educacional, também o mobiliário escolar e o próprio espaço escolar, é possível compreender o processo de ensino-aprendizagem ao longo da história, como expressão da cultura material escolar. Eles se apresentam como amplo campo de pesquisa e investigação, especialmente quanto à peculiar construção dos diferentes componentes curriculares, cujo enfoque neste estudo se dá no Livro Didático. Este tipo de livro, de caráter pedagógico, surgiu como complemento aos livros clássicos, utilizados na escola, que inicialmente buscava colaborar na alfabetização, e que se prestou à divulgação das Ciências, História e Filosofia. Esses textos didáticos assumiram o caráter de instrumentos para o professor, sendo fonte de informações para professores e também para os estudantes, a ponto do conteúdo desenvolvido dessas obras auxiliar a organização do trabalho do profissional da educação.

Entre os livros, surge uma categoria denominada de “didático”, aquele a ser utilizado em cursos e aulas, tendo todas as suas fases de produção voltadas para esse fim. Esses livros, considerados como sendo didáticos, foram concebidos como um livro que precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, do aprendizado coletivo e orientado por um professor.

Portanto, quanto às obras denominadas de “LIVRO DIDÁTICO” como um recurso pedagógico, juntam-se outros instrumentos como o quadro negro, livros literários e projetor que mediam o processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes, funcionam como um guia de ensino, ajudando no espaço escolar o trabalho de formação dos indivíduos.

Segundo o estudioso britânico Christopher Stray, o livro didático representa uma mistura entre cultura, pedagogia, produção editorial e sociedade. Isso garante ao material uma grande força cultural, envolvendo vários setores da vida humana e seu preparo para o exercício cidadão. Formalmente, o livro didático, enquanto material físico, se trata de um material instrutivo educacional próprio para o ensino. Ou seja, é um aparato elaborado para a sala de aula, focado no ensino e exposição de conceitos e conteúdos disciplinares.

Existem registros dos livros didáticos usados no Brasil desde 1820, esta fase do período

imperial representa a fundação das primeiras escolas públicas do país. O livro didático ganhou maior força a partir de 1838, com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Por sua aspiração francesa, importavam-se muitos dos materiais utilizados no Brasil da França, considerando que este período não havia força de imprensa nacional, o que dificultava a produção de material no século XIX. Porém, a história da distribuição do livro didático no Brasil inicia-se no ano de 1929, quando o Instituto Nacional do Livro (INL) começa a funcionar com fins de produção editorial de materiais didáticos. Este Instituto começou a realizar trabalhos educacionais cinco anos depois, em 1934, e, dentre suas funções, estavam a edição de obras literárias e expansão da quantidade de bibliotecas no Brasil.

O livro didático, de fato, só é incluído nas atividades a partir de 1938, quando o INL passa a ser responsável pela produção e controle desses materiais. É importante ressaltar que a distribuição de materiais didáticos que conhecemos hoje começou com a mudança de órgão responsável em 1976. A execução dos processos do livro didático, portanto, ficou nas mãos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FDNE), considerando que em 1985, o PNLD sai do papel, trazendo algumas inovações para a produção e distribuição de materiais. A avaliação pedagógica dos livros e a escolha realizada pelo docente são mudanças promovidas pelo programa. Além disso, a aquisição de livros passou a ser feita integralmente com recursos do governo federal. O programa passou a abranger todo o território nacional a partir do final do século XX, em 1997.

Por ser um material elaborado para o ensino, estes livros didáticos estão integrados à prática escolar diária. Destaca-se que o professor é o responsável por realizar esse uso do livro em sala de aula, cabendo a este profissional elaborar as melhores estratégias para aproveitar ao máximo esse recurso em suas aulas. Para tal, é necessário que o professor esteja familiarizado com o livro didático adotado, realizando um estudo profundo do material, compreendendo sua sequência didática e sua metodologia, é o primeiro passo para uma boa utilização da obra. É significativo ainda que sejam adequado as todas as informações à linguagem de seus alunos, expondo conteúdo por meio dos recursos propostos no livro, compreendendo que as atividades do livro podem muito bem ser utilizadas para avaliar se os alunos estão adquirindo os conhecimentos apresentados.

### **Livro Didático do Ensino Religioso**

O livro didático nasce da necessidade de uma escolarização para todos e de uma didática que pretende ser mais relacional e autônoma. Compreendendo que o livro didático não foi privilégio apenas de protestantes e católicos, por meio da figura dos jesuítas, também desenvolveram seus manuais didáticos ainda no século XVI. Protestantes, católicos e culturas dos mais diferentes lugares do mundo tentaram desenvolver seus manuais didáticos

inspirados em um conceito básico, isto é, criar um material que, de forma simples, clara e compreensível, busque transmitir conhecimento. Entre as características do livro didático podemos mencionar que estes realizam uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicação específicas, ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustração, fazendo resumos etc. Ainda podemos considerar que estas obras assumem a tarefa com o desenvolvimento do conhecimento, com a transmissão de valores e de determinada ideologia, pois estes são com certeza um depositário de conteúdo, um instrumento pedagógico, um veículo portador de princípios, ideologia e cultura, e, regido pelas leis do mercado editorial, fatores que podem colaborar para uma escolha mais criteriosa por parte do professor e da equipe escolar.

Desta forma o livro didático, ao exercer a função de intermediador entre professores e alunos, no processo de ensino/aprendizagem, precisa desenvolver seus conteúdos a partir de princípios metodológicos, o que define também uma outra característica, que é ser um instrumento pedagógico. Nesse aspecto, elabora as estruturas e as condições do ensino para o professor, sendo inclusive comum também existir o “livro do professor” ou do “mestre”. Ao lado dos textos, o livro didático produz uma série de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para a apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos. Assim, os manuais escolares apresentam não apenas os conteúdos das disciplinas, mas como esse conteúdo deve ser ensinado.

### **Catecismos: subsídios pedagógicos para as “aulas de Ensino Religioso”**

O primeiro texto didático utilizado nas “aulas de religião”, que legalmente era denominada de Ensino Religioso, foi o catecismo, tipo de livro que tem sua origem em 1529, com Lutero (1483-1546). Ele publicou o seu *Katechismus*, livro para difundir a doutrina (LUTERO, 2000, Vol 7), que, pela primeira vez, recebeu esse nome, destinado aos párocos e mestres. Lutero se manteve fiel às fórmulas antigas, com breves explicações (BRAIDO, 1991, p. 42-43).

Posteriormente, os católicos também se utilizaram deste instrumento para a difusão e a formação das novas gerações, surgindo diferentes tipos de catecismos católicos. Destacaram-se Pedro de Soto (1453-1563) e Johannes Gropper (1503- 1559), entre outros. Um dos mais difundidos foi o Catecismo de Pedro Canísio (1521-1597), que, ao longo de sua vida, procurou aperfeiçoar suas publicações. A estrutura que prevaleceu foi a seguinte: 1. Fé e o Credo; 2. Esperança e Oração; 3. Caridade e Mandamentos; 4. Sacramentos; 5. Justiça (Santidade) Cristã.

Os catecismos católicos tiveram sua origem em pleno Concílio de Trento (1545 - 1563), para fazer frente ao êxito dos catecismos de Lutero. Porém, o Catecismo de Trento foi publicado em 1555 e passou a ser denominado de *Catecismo Romano* ou Catecismo dos *Párocos*, procurando ordenar as fórmulas, ou as estruturas catequéticas mais importantes: o credo, os sacramentos, os mandamentos e a oração. Uma das preocupações dessas publicações era a defesa contra as heresias (BRAIDO, 1991, p. 63-64).

O tema do catecismo voltou a ser debatido pela Igreja Católica durante o Concílio do Vaticano I (1869-1870), quando a mentalidade moderna ameaçava a unidade eclesiástica e destruía sua soberania, ao recusar qualquer tutela sobre a razão e sobre o ordenamento social. Em decorrência disso, intelectuais católicos propuseram a restauração social dos valores cristãos, figuras históricas importantes como Dom Leme, Alceu Amoroso Lima, dentre outros.

Diante dos indivíduos que experimentaram a liberdade, a Igreja se antepunha como um freio e um instrumento disciplinador (BRAIDO, 1991, p. 386- 387). Um dos assuntos de interesse dos padres do Vaticano I era, de fato, o projeto de um formulário comum de catecismo. O assunto foi discutido na aula conciliar, triunfando a opinião da maioria que confiava à Santa Sé a tarefa de redigir um pequeno catecismo para toda a Igreja. No entanto, o esquema de constituição sobre o catecismo não foi votado devido à suspensão do Vaticano I (20/10/1870) e o tema do catecismo único foi retomado só em nível regional. É o que se constata nos decretos com relação à catequese. O Cânone 156 recomenda como livro áureo o *Catechismus Romanus*, prescrevendo que em todas as paróquias haja exemplares traduzidos para a língua vernácula. Desde a publicação da *Encíclica Acerbo Nimis* (1905), a catequese ganhou novo impulso, pois esta encíclica, e a insistência do Papa Pio X (1835-1914) sobre o ensino de catecismo, conclamou catequistas voluntários para os catecismos paroquiais e professores católicos para serem catequistas em suas salas de aula. A prática da catequese no ambiente escolar, como já foi dito, funcionou no Brasil desde os tempos da Colônia. A proliferação de catecismos escolares tornou necessária a intervenção da Igreja, a fim de normatizar a formação que o ensino de catecismo estava oferecendo.

Pedagogicamente, o catecismo para uso nas “aulas de religião” no espaço escolar foi construído a partir de unidades didáticas, tendo, como estrutura, o conteúdo a partir da História da Salvação, cujo centro é Jesus Cristo, com um grande uso da Bíblia, particularmente dos Evangelhos, como também da Liturgia da Igreja.

Devido ao fato de colocar no centro da catequese o núcleo da mensagem cristã, ou querigma, toda a metodologia derivada desta mudança catequética é chamada de método querigmático. Ele é fruto, pois, da convergência na catequese dos avanços dos movimentos bíblico, litúrgico, da renovação da teologia querigmática, da escola ativa, e de toda a

efervescência pastoral que acontecia na Igreja, nas primeiras décadas do século XX. As repercussões no Brasil dessas novidades vão acontecendo aos poucos, mais por um processo de cópia do que propriamente de produção própria, sob a influência direta das produções europeias na área catequética (ALVES; JUNQUEIRA, 2002, p. 26-28).

Essa renovação europeia influenciou a produção dos textos para a escola no Brasil, porém não é possível, ainda, afirmar se estas publicações foram utilizadas em instituições religiosas e ou públicas. O fato é que com a reintrodução do ensino religioso na rede de ensino do recém criado governo republicano, e na modalidade confessional, foram necessários textos de apoio aos professores e aos estudantes. Um exemplo é a obra *Directório do catequista* (1901), do Pe. Antônio Pereira Reimão (1865-19??), assim como publicações traduzidas e utilizadas no país, de origem francesa, como, por exemplo, o *Catecismo segundo o Evangelho* de Abbé Charles-Eugène Roy (1859-1926), que utilizava o método denominado de indutivo integral ou evangélico. Tem-se ainda *As Lições Catequéticas*, e outra, *Para os pequeninos do Jardim da Infância*, de Quinet, e seus *Apontamentos do catequista*; as obras de Boulanger, de Guillois e de Cauly e outros; e ainda a produção alemã, como a coleção *Luz e Vida* da Universidade de Bonn.

Especificamente, destaca-se o trabalho de Monsenhor *Cauly*, vigário geral de Reims, que produziu uma obra que foi traduzida e publicada no Brasil, em 1913, pela Livraria Francisco Alves, na Coleção FTD. O Curso de Instrução Religiosa (Tomo I, II, III) explicita a narrativa do antigo testamento, a vida de Jesus, a história da Igreja e o conceito de religião a partir da visão cristã. Metodologicamente, cada tema é formado por pequenos textos e, ao final de cada capítulo, apresenta-se o que o autor denominou de conclusão prática. A edição mais antiga localizada é de 1913 e a mais recente de 1959. Esta obra foi utilizada em ambiente escolar nos primeiros sessenta anos do século XX.

Nos anos 20, o Papa Pio XI (1922-1939) estimulou a presença dos leigos na Igreja e a organização da Ação Católica, valorizando o catecismo como a primeira de todas as obras da Ação Católica. Começou, então, um período de efervescência na discussão acerca da catequese, com a criação de periódicos (jornais e revistas), emissoras de rádio, institutos, centros de estudos e faculdades de Filosofia e Teologia (ORLANDO, 2008, p. 14).

Oriundos da França e de Portugal, os livros importados, ou ainda os textos de brasileiros, impressos no exterior, caracterizavam a situação do mercado editorial brasileiro no início do século XX, limitando a existência de uma prática de leitura no Brasil, já que o livro, de acesso restrito, era um produto caro tanto para os leitores quanto para os autores, que deveriam ter capital para investir e distribuir a própria obra.

Antes de 1920, a produção editorial no Brasil se caracterizava pela publicação de livros didáticos e de legislação brasileira. Esses impressos eram considerados terrenos seguros,

embora ocupassem o lugar de atividade secundária das grandes editoras. Os autores, como já dito, deveriam negociar diretamente com os impressores, por sua própria conta e, posteriormente, encarregarem-se da distribuição (ORLANDO, 2008, p. 15).

A importância dada ao livro, como impresso pedagógico, refletiu-se nas primeiras décadas do Século XX na preocupação com o conteúdo, mas também com a forma. Paulatinamente, a organização de critérios, que normatizavam as publicações, ampliou-se para além da preocupação com o conteúdo do texto: a organização, atentando para a unidade da obra; a atualidade e a exatidão das noções postas; a adaptação aos interesses básicos das crianças; as qualidades artísticas; a linguagem apropriada, correta, clara e simples; os cuidados com a feição material, como formato, impressão, papel e as gravuras utilizadas.

Buscando-se a renovação pedagógica e psicológica, assim como dos conteúdos teológicos, abre-se caminho também para um repensar catequético, que havia sido absorvido pelos catecismos e as obras do ensino da religião. Conforme Passos (1998), um dos influenciadores desse repensar é o Método de Munique que, inspirado em Herbart (1854-1932) e na escola ativa (*Arbeitschule*), propõe para a catequese um método chamado psicológico e de raiz indutiva, superando o dedutivismo do catecismo doutrinal, que havia estabelecido seus postulados no Congresso de Viena (1912) e de Munique (1928) e sido divulgado por todo o mundo.

Progressivamente, produções locais foram organizadas. Dentre os mais antigos, pode-se citar: o *Pequeno Catecismo* e a *Explicação do pequeno catecismo* (1924) do Pe. Jacob H. Slater, com muita divulgação no Sul do Brasil, juntamente com o *Catecismo Maior* de Frei Boaventura Poll. Este último, e o *Catecismo da Doutrina Cristã* de Porto Alegre, com seu suplemento *Primeira História Bíblica*, são uma espécie de transição entre o antigo catecismo teológico e uma forma renovada de expor a doutrina, com textos e exemplos da Sagrada Escritura e aspectos da vida litúrgica. Entretanto, tanto a série dos três *Catecismos da Doutrina Cristã*, como outros de linha nitidamente doutrinal, continuaram a ser editados e usados. Exemplo típico é o texto da Arquidiocese do Rio de Janeiro *Sou cristão*, que insiste na memorização, na doutrina e disciplina, embora também tenha linguagem adaptada às crianças e métodos ativos. O texto é precedido por uma pedagogia catequética.

Porém, já bastante ligadas ao Método de Munique podem ser consideradas as obras da pedagoga e catequista Waleska Paixão, "pioneira da renovação catequética no Brasil" (PASSOS, 1998), sob o nome genérico de *Cadernos Catequéticos*, e de Carolina Nabuco, que publicou uma *Doutrina cristã para a primeira comunhão*. A autora esteve envolvida com os movimentos catequéticos de sua época. Textos acentuando a dimensão litúrgica são os de Ir. Teresa de Cristo Lézier, ursulina canadense, formada no Instituto *Lumen Vitae* de Bruxelas, e no *Institut Catholique de Paris*. Seus textos seguem o chamado método vital, ou seja:

celebração da Palavra (Evangelho-Doutrina), celebração sacramental (Liturgia) e celebração militante (Ação apostólica e evangélica).

Porém, entre os textos mais representativos desta fecunda safra querigmática estão certamente os do Pe. Álvaro Negromonte (1901-1964). Seu método integral, inspirado no movimento querigmático, é um grande marco na renovação da catequese no Brasil. A respeito desse método haverá maior detalhamento mais adiante. Pode-se ainda citar a tradução das obras de Henrique Stieglitz, no Rio de Janeiro, que já reflete as primeiras inovações catequéticas havidas na Alemanha, no fim do século passado (ORLANDO, 2008, p. 27).

Entretanto, não tardou muito e estes catecismos doutriniais, à base de perguntas e respostas, e privilegiando a memorização das fórmulas concentradas da doutrina cristã, começaram a receber críticas contundentes, em consequência do progresso das ciências pedagógicas e da evolução do movimento catequético europeu das décadas de 1920 e 1930. Mesmo com estes questionamentos, a hierarquia católica compreendia que o catecismo deveria se preocupar quase que exclusivamente com as questões doutriniais.

Essa reflexão, a respeito das mudanças nos métodos de ensino- aprendizagem, ocorre no contexto da luta pela introdução do Ensino Religioso nas escolas públicas no Brasil. Visava a garantir a influência da Igreja sobre as classes populares e urbanas. De fato, a educação religiosa era mais um mecanismo para reforçar a disciplina e a autoridade. Assim, o Ensino Religioso, ao mesmo tempo em que servia de instrumento para o desenvolvimento moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de conquista e manutenção de adeptos da ICAR, sendo arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo, além de instrumento validado no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político. Nesse contexto, a Igreja Católica manifestou preocupação com diferentes grupos sociais, tentando fazer com que todos assumissem a sua doutrina.

Negromonte (1901-1964) foi um pioneiro ao diferenciar o trabalho da paróquia com o da escola, autor da primeira coleção de manuais usados nos ginásios da época a partir de seus estudos do movimento catequético europeu, especialmente, no período de 1938 a 1964.

Esse autor lançou a série *Meu Catecismo* em 1942, voltada para o curso primário, além disso, ao falar da necessidade de renovação nos textos, apontava algumas iniciativas nessa intenção, que, segundo ele, não foram bem-sucedidas, mas não anunciou o seu projeto de forma específica, dizendo apenas da necessidade e da justificativa para a publicação da série primária. Ao propor um novo texto de catecismo, ele não se referiu à mudança textual, somente ao conteúdo. Preocupado em tornar o livro um recurso eficaz para as aulas, ele vai além: tem sua atenção voltada para os aspectos teórico, metodológico e técnico do objeto em questão (ORLANDO, 2012, p. 9-10).

Importante marco na história da educação religiosa do país foi a Coleção de



Negromonte, composta de 14 volumes, sendo 11 títulos destinados ao corpo discente das escolas, desde a primeira série primária até o curso normal, e três volumes intitulados *Guia do Catequista*. O primeiro desses guias foi publicado em 1961. Refere-se à orientação do ensino de catecismo do primeiro e segundo ano primário. O segundo refere-se ao terceiro ano primário e o terceiro guia orientava o 4º ano primário.

Na análise dos materiais publicados, os volumes dessa coleção, um dos objetos da presente pesquisa, foram publicados por quatro editoras: Vozes, Agir, Rumo e José Olympio, nas décadas de cinquenta e sessenta. Os exemplares publicados pelas editoras Vozes, Agir e Rumo não trazem nenhuma nota em relação ao autor ou à Coleção, sendo que os quatro volumes ilustrados para o ensino primário — os livros de título único *Meu Catecismo* — correspondiam às recomendações do Congresso de Diretores do Ensino Religioso das Dioceses do Sul do Brasil, da Igreja Católica Apostólica Roma, no qual ficaram estabelecidas as características de um bom texto para um Ensino Religioso no curso primário (NEGROMONTE, 1961, contra-capa).

Entretanto, ressalta-se que o conceito de modernização e organização destas obras não significou quebra de paradigma, ou seja, modernizar não constituiu um rompimento com a tradição. A atualização estava mais voltada para a abertura ao novo método, de pedagogia religiosa, e à organização pedagógica do ensino. Claro que o primarismo dos métodos empregados, a tendência de uma catequese que se esgotava e se fechava com a primeira comunhão, a generalização da ideia de um catecismo desligado da vida, não colaboraria para o desenvolvimento religioso dos estudantes. Além do mais, era uma catequese feita predominantemente com um espírito preventivo contra o espiritismo e o protestantismo. (LUSTOSA, 1991, p. 52). Negromonte se referia a mudanças (ORLANDO, 2012), às quais diziam respeito à linguagem do texto, ao conteúdo sob medida, à didática, à aproximação com a realidade, ao caráter prático das lições e, por fim, embora ele diga ser este último de menos importância, à necessária mudança no aspecto tipográfico.

Em cada lição, o autor dos textos toma como base três pontos: história evangélica, doutrina e formação, tendo como objetivo final a formação individual (dever: o mínimo fundamental; conselho: atos de devoção) e a formação social (apostolado: superação do individualismo; liturgia: participação do Corpo Místico de Cristo); assim se atingiria uma formação integral. Negromonte apresentou seu método integral como indutivo expositivo e evangélico, julgando-o único capaz de atingir a finalidade do catecismo. Entretanto, a opinião dos críticos de sua obra é que faltou maior elaboração de sua proposta. Em muitos lugares há a exposição do método integral, porém nem sempre é claro e, sobretudo, falta-lhe uma maior fundamentação teórica, embora se saiba que, do ponto de vista pedagógico, se baseie na Escola Ativa francesa (Adolfo Ferrière, Eduardo Claparède e Ovídio Decroly) e, sob o ponto de vista catequético-conteudístico, no método querigmáticoalemão e francês, pouquíssimo citado.

São abundantíssimas as indicações de ordem prática e imediata, mas falta em todo o conjunto de sua obra um maior embasamento teórico.

Com a criação da CNBB, em 1952, o Pe. Álvaro Negromonte é nomeado assessor do Secretariado Nacional do Ensino de Religião (SNER), cujo Bispo responsável era D. Alberto Gaudêncio Ramos (1915-1991), que ficou à frente do SNER até 1962. Na década de sessenta, a construção de uma nova proposta ainda confessional foi sendo estabelecida em decorrência da influência da Ação Católica. Vale recordar que esse movimento possuía duas linhas: Francesa e Italiana. Esta segunda, nada mais era que uma mera aula de catequese, enquanto a francesa propunha um processo mais audacioso. Foi na proposta francesa que se desenvolveu a metodologia antropológica querigmática, e o Brasil assumiu essa nova proposta e aprimorou os instrumentos de análise da realidade, ainda na década de sessenta. Na Juventude Estudantil Católica e na Juventude Universitária Católica essa reflexão tomou grande significado, alterando o posicionamento subserviente dos envolvidos, a ponto de se tornarem um problema para o regime militar, sendo suas lideranças perseguidas e assassinadas (LIMA, 1995, 176-184).

Entre os trabalhos produzidos, ainda na perspectiva doutrinal para o Ensino Religioso, encontramos a obra *Planos de Aulas*, para o curso primário, elaborado pelo Ofício Catequético Arquidiocesano de Salvador (BA), publicado em 1964, na qual os temas são explicitamente doutrinários: 1º ano: Deus criou o homem; Nós somos pecadores; Vida de Jesus; A paixão de Jesus; A Comunhão entre outros; 2º ano: Mistério da Encarnação; A Comunhão; Jesus confia o seu rebanho a São Pedro; 3º ano: O Sacrifício da Missa; Pentecostes; A confissão; Fé e obediência de Moisés; Epifania entre outros; 4º ano: O livro da palavra de Deus; A providência; Os profetas entre outros; 5º ano: Encarnação e Redenção; A Virgem Maria; A vida religiosa: plenitude do batismo entre outros. A estrutura das aulas se iniciava com uma motivação, seguida por uma palestra (exposição teórica do tema), posteriormente, uma atividade envolvendo gravuras ou objetos, poesias, canções ou um exercício. Em 1967 este material já se encontrava na terceira edição.

Destacaram-se ainda os livros da Irmã Sílvia Villac e da equipe do ISPAC/RJ, *Catequese e Evangelização*, uma série iniciada em 1968; planos para a catequese de adolescentes. Há ainda a *Coleção do Secretariado Regional da CNBB/Sul III* para professores/alunos em formato de fichas; e os *Textos do CEPAC (Centro de Pastoral Catequética)* da Diocese de Nova Iguaçu (RJ).

Uma coleção que marcou a história do Ensino Religioso pela sua mudança de referencial foi a *Crescer e Viver*, de Antonio Cechin, na década de sessenta. Analisando o material é possível aferir que ela trouxe como resultado alguns elementos para a formação da Teologia da Libertação. Sem dúvida, o forte foi mostrar que para pensar em evangelizar ter-se-ia que apresentar com clareza o sujeito como sendo uma pessoa contextualizada, com

características próprias. Daí se chegou à conclusão que catequese deveria ser uma reflexão, que um determinado grupo humano faz, sobre a sua realidade, cuja transparência de seu contexto anuncia um Cristo presente hoje e sempre, que seria manifestada com o engajamento desse mesmo grupo. Esse trabalho e essa perspectiva também foram levados para a escola. A obra, na perspectiva da Catequese Libertadora para a escola, era voltada para ação social e preocupação com os excluídos. É preciso recordar que foi uma fase conturbada, em plena ditadura militar, tanto que, por causa desta perspectiva, o autor foi preso e torturado, pois a polícia política entendia que palavras como “engajamento” eram comunistas. Todo o material foi confiscado. O próprio Ministro da Educação, Jarbas Passarinho (1920-...), foi à Televisão (1969), e apresentou e questionou as fichas catequéticas, como material subversivo. Com receio das reações do governo militar, o material deixou de ser veiculado. Por fim, o autor foi perseguido, a ponto do material ser recolhido em todo o Rio Grande do Sul.

Em 1968 ocorreu um encontro nacional de catequese para preparar a Semana internacional de Catequese, que antecedia a Conferencia de Medellín. No encontro, que ocorreu no Brasil, foi fundamental a presença de Hugo Assmann que questionou a catequese brasileira, reformulando completamente a direção de sua atuação. Um encontro, posterior, no Chile, com a presença de Paulo Freire, deu continuidade à nova formulação (ALVES; JUNQUEIRA, 2002, p. 40-41).

De fato, uma nova perspectiva de catequese nasceu na II Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968), pois a partir dessa reunião se percebeu que a catequese exigia mais do que dar algumas aulas de religião, sendo uma caminhada de fé engajada e comprometida. Depois disso, iniciou-se a compreensão que a Escola não tinha objetivo catequizante. O material impresso, que era utilizado anteriormente na escola, nas aulas de ER, desde a década de quarenta (JUNQUEIRA, 2011), de autoria de Josef Andreas Jungmann, era traduzido do espanhol. O modelo deste autor trata basicamente do Ensino Religioso com o nome de catequese. Entre as obras desse autor destaca-se *Aufgabe und Methode der religiösen unterweisung* (Freiburg: Herder, 1953). Outro registro ocorreu em Minas Gerais, ainda nos anos sessenta, com uma nova leitura do Ensino Religioso pelo sacerdote Wolfgang Gruen (JUNQUEIRA, 2000, p. 111), que assumiu aulas de Ensino Religioso em Colégio, na cidade de São João de Del Rey (MG). A partir de sua experiência como docente e de sua formação, Gruen iniciou um repensar sobre esse componente curricular, chegando ao ponto de, num determinado período, suspender as aulas de Ensino Religioso, porque a reação era tão negativa que não era mais possível prosseguir. Esse período de recesso tinha dois objetivos: desintoxicar os alunos e refletir e repropor a disciplina, quando foram alterados os textos e passou-se a utilizar mais os cadernos.

Nessa ocasião, lendo textos da Alemanha, sobretudo da Revista de Catequese desse

país, encontra-se um forte debate sobre o tema do ER. A partir dos elementos encontrados, confirma-se sua atitude em rediscutir o Ensino Religioso. Mas foi, sobretudo, um livro de *Catequética Fundamental* que marcou muito a obra de Gruen, livro de autoria de Hubertus Halbfas (1932 -...), que abriu suas perspectivas. Após a Conferência de Medellín (1968), Gruen foi responsável pela abertura de novos horizontes para o ER, ao reforçar o princípio de que devemos partir sempre de onde está o outro, como uma concepção fundamental. Esse horizonte, desenvolvido a partir de diferentes experiências, como a catequese libertadora, oriundo das reflexões com Paulo Freire, dentre outros autores, embasado teologicamente pelo princípio de correlação de Paul Tillich (JUNQUEIRA, 2000, p. 109). A preocupação de Gruen era melhorar o Ensino Religioso, então iniciou um movimento que compreendia ser função do Ensino Religioso educar a religiosidade. Este conceito partiu do pensamento de Paul Tillich (1888-1965), como livro “Die verlorene Dimension. Not und Hoffnung unserer Zeit” (Hamburg: Furche-Verlag, 1962 - Trad. na Espanha: La dimension perdida. Indigencia y esperanza de nuestro tiempo. Bilbao: Desclée, 1970) e de alguns artigos da *Revista de Catequética*. Compreendeu, assim, que a religiosidade é a extensão de profundidade de todas as dimensões da vida humana, ou seja, a dimensão mais profunda de todas as dimensões da vida humana. A religiosidade, de acordo com Gruen, seria a raiz de toda a busca da verdade, do bem, do econômico e do social, ideia central que passou a orientar a concepção da sua proposta para este componente curricular.

O Ensino Religioso era obrigatório para a escola, concedendo ao aluno, no entanto, o direito de opção da matrícula. Isso ditava o dispositivo constitucional outorgado em 1967, que garantia o Ensino Religioso no sistema escolar. Na prática, porém, o ER continuava a receber um tratamento que o discriminava e dava origem a muitos desafios de natureza pedagógica e administrativa. Diante disto, inicia-se claramente um processo de busca da identidade do ER, pois não havia clareza quanto ao seu papel específico no ambiente escolar.

Na década de sessenta há um esforço de renovação da prática pedagógica em relação a esse conteúdo do ER na escola. Por volta de 1965, já se vislumbrava uma crise, da qual se tomava conhecimento aos poucos e que podia ser expressa assim: o Ensino Religioso havia perdido sua função catequética, pois a escola descobria-se como instituição autônoma, que era regida por seus próprios princípios e objetivos na área da cultura, do saber e da educação. A hegemonia católica, percebida na sociedade brasileira até a década de sessenta, conforme Mariz e Machado (1994), apresentou a partir de então "a tendência geral para um declínio moderado, mas constante, de adeptos da Igreja Católica", e, conforme Camargo (1973, p. 24), sendo incompatível compreender um componente confessional no currículo que doutrinasse, e que não conduzisse a uma visão ampla do ser humano.

Diante desse novo momento, o catecismo progressivamente é substituído nas escolas por livros com conteúdos religiosos e do cotidiano do estudante, visando a uma nova

identidade para o Ensino Religioso, como elemento integrante do processo educativo. A definição e a construção dessa nova identidade exigiram também anos de prática e estudo; contribuíram para isso os Encontros de Ensino Religioso (ENER), desde 1974, organizados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

### Considerações Finais

Inicialmente, o ensino da doutrina católica realizou-se nos moldes da catequese de instrução por meio dos catecismos e práticas devocionais, fossem para os índios e negros, em um processo de conversão, ou para os europeus chegados às novas terras da Metrópole, a fim da manutenção da fé de seus pais.

Enquanto conteúdo e metodologia, basicamente, houve a manutenção do que vinha sendo realizado na fase em que o ensino religioso era de perspectiva confessional ministrado explicitamente aos alunos. Ou seja, o ensino da doutrina católica, por meio de catecismos, era estruturado em geral com perguntas e respostas, tanto que, muitas vezes, a referência a esta disciplina se mantinha como “Aula de religião”.

O Ensino Religioso, ao ser inserido no sistema educacional, foi progressivamente obrigando-se a assumir uma configuração próxima às demais disciplinas, com a definição de objetivos e de metodologia, que favorecesse sua execução, em período com carga horária preestabelecida, assim como um processo de seriação e com avaliação.

Portanto, a disciplina Ensino Religioso se tornou concreta como resultado de ações no campo político e não como fruto de uma compreensão pedagógica. Mas, a expansão e o aprimoramento do sistema educacional nacional provocaram a necessidade da adequação dessa disciplina aos parâmetros que foram, paulatinamente, estabelecidos.

Lentamente, ocorreu o início de escolarização motivada por questões políticas. E, mesmo com características doutrinárias, o Ensino Religioso foi impulsionado a estabelecer uma identidade pedagógica para poder permanecer no ambiente escolar. Nesse cenário, os catecismos e a produção inicial de material didático impresso foram substituídos por textos preocupados em ampliar a lógica entre os conteúdos e a busca de estratégias adequadas às questões do ensino e da aprendizagem.

### REFERÊNCIAS

ALVES, L; JUNQUEIRA, S. **Educação Religiosa**: construção da identidade do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar. Curitiba: Champagnat, 2002.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A República Velha e a Revolução de 30**. São Paulo: Ática, 1999.

BRAIDO, P. **Lineamenti di storia della Catechesi e dei catechimi**. Dal “tempo delle riforme” all’età degli imperialismi (1450-1870). Leumann (Torino): Elle Di Ci, 1991.

BRASIL. **DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)>. Acesso em: 29.mar.2014.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 29.mar.2014

BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 29.mar.2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 4024/61. Brasília: Senado Federal, 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 5692/71. Brasília: Senado Federal, 1971.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em:<[http:// https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 29. mar. 2014.

CAMARGO, C. P. F. de Católicos, **protestantes, espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973, CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO (19 mar. 1890). In:RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Ed. UnB,1981. p.54.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

CHARTIER, R; Guglielmo Cavallo (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escolhas).

FIGUEIREDO, A. **O Ensino Religioso no Brasil**: tendências, conquistas e perspectivas, Petrópolis, Vozes, 1995.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia, Edufu, 2004.

GRUEN, W. **O Ensino Religioso na escola**, Petrópolis, Vozes, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. 4. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNGSMANN, J. **Aufgabe und Methode der religiösen unterweisung**. Freiburg:Herder, 1953.

JUNQUEIRA, S. A presença do Ensino Religioso no contexto da Educação. In: JUNQUEIRA, S; WAGNER, R. (Org). **O Ensino Religioso no Brasil**. 2. Ed. Curitiba:Champagnat. 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O Ensino Religioso no Brasil**: estudo do seu processo de escolarização. 2000. 361f. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, mai.2000.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; Wagner, Raul (org). **O Ensino Religioso no Brasil**. 2. Ed. Curitiba: Champagnat. 2011.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, pp. 3-9, jan./mar. 1996.

LIMA, L. **A face brasileira da catequese**: um estudo histórico-pastoral do movimento catequético brasileiro das origens ao diretório “catequese renovada”. Roma: UPS, 1995.

LUSTOSA, O. **A Igreja Católica no Brasil República**, São Paulo, Paulinas, 1991.

LUTERO, M. Catecismos Maior e Menor. In: LUTERO, M. **Obras Selecionadas**, v.7. São Leopoldo: Sinodal, 2000,

MARINS, J. **Escola em missão**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

MARIZ, C. e MACHADO, M. D. Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 45, 1994.

MATOS, H. **Caminhando pela História da Igreja**, Vol. III. Belo Horizonte: Lutador, 1996.

MOTTA, E. **Direito Educacional e educação no século XXI**, Brasília: UNESCO, 1997.

NEGROMONTE, A. **Guia do Catequista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

NEMI, A.; MARTINS, J. **Uma outra história? O tempo vivido**. São Paulo: FTD, 1996.

NERY, José Israel. O ensino religioso escolar no Brasil no contexto da história e das leis. **Revista de Educação da AEC**, Brasília, n. 88, p.11-12, jul., set.1993.

ORLANDO, E. “Meu Catecismo”: cultura católica e modernidade na produção de livros didáticos para a educação da infância brasileira. **Horizontes**, Itatiba, v. 30, n. 1, p. 7-16, 2012.

ORLANDO, E. **Por uma civilização cristã: a coleção do Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do Catecismo (1937-1965)**. 2008. 313f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão.

PAPA PIO XI, **Encíclica Divini illius magistri**, 31 de dezembro de 1929. Disponível em <[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_31121929\\_divini-illius-magistri\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html)>. Acesso em: 29.mar.2014.

PASSOS, Mauro. **A Pedagogia catequética e a educação na primeira República (1889-1930)**. Universitá Pontificia Salesiana/U.P. S: Itália, 1998. (Tese de Doutorado).

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola: Minas Gerais, anos 0. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 17, jun. 1993. Disponível em

<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46981993000100007&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981993000100007&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jul. 2014.

REIS, Fábio José Garcia dos. A Cruzada pelo bem: Romanização da Igreja e Rebeldia do Cônego Antônio Marques Henriques. **Jornal O Lince, tem o que ler**, Aparecida, São Paulo. n. 33, Mai./ jun. 2010. Disponível em:<<http://www.jornalolince.com.br/2010/jun/pages/história-cruzada.php>>. Acesso em:24.set.2014.

RIBEIRO, M. **História da educação brasileira – organização escolar**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 188.

SOUZA, J. **Fé, trabalho e amor à pátria: os livros da série fontes construindo brasileiros no estado novo – 1937-1945**. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis.

TILLICH, P. **Die verlorene Dimension**. Not und Hoffnung unserer Zeit. Hamburg: Furche-Verlag, 1962.